

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.**

**CAMPUS JOINVILLE
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO HOSPITALAR**

MICHELLI KRAPP

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO
NACIONAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE – SC.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MICHELLI KRAPP

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO
NACIONAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE – SC.**

JOINVILLE, 2014.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.**

**CAMPUS JOINVILLE
CURSO GESTÃO HOSPITALAR**

MICHELLI KRAPP

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO
NACIONAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE – SC.**

**Trabalho de Conclusão de
Curso submetido ao Instituto
Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina
como parte dos requisitos de
obtenção do título de Tecnólogo
em Gestão Hospitalar.**

Orientador: Dayane Clock, Ma.

JOINVILLE, 2014.

Krapp, Michelli.

O Processo de Implantação do Cartão Nacional de Saúde no Município de Joinville - SC / Krapp, Michelli – Joinville: Instituto Federal de Santa Catarina, 2014. 58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Federal de Santa Catarina, 2014. Graduação. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. Modalidade: Presencial.

Orientador: Dayane Clock, Ma.

1. Tecnologia da Informação 2. Sistema Único de Saúde
3. Cartão Nacional de Saúde I.Título

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO
NACIONAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE
JOINVILLE - SC**

MICHELLI KRAPP

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Hospitalar e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Joinville, 03 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dayane Clock, Mestre.
Orientadora

Prof^a. Josiane Steil Siewert, Mestre.
Avaliadora

Prof^a. Márcia Bet Kohls, Mestre.
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente nas horas de angústia.

Aos meus pais e minha irmã, pela presença de todos os dias e pela sincera torcida para a realização dos meus sonhos.

A professora Dayane Clock, que aceitou a missão desta orientação e fez com que este trabalho passasse a ter sentido.

Aos professores e funcionários do IFSC que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Aos meus amigos, pelas alegrias. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido.

Um agradecimento especial a Brian Chagas Bueno, pessoa que hoje representa a certeza de um presente feliz e a esperança de um futuro maravilhoso. Obrigado pelos conselhos e pelas suaves críticas que me encorajaram a não desistir em momento algum desta jornada.

RESUMO

Ao longo da história e com o crescimento contínuo e desordenado da população, o governo brasileiro tem encontrado grandes dificuldades na criação de políticas públicas de saúde voltadas à atenção da população carente, que dependem dessas ações para usufruir dos serviços de saúde com qualidade. A Constituição Federal de 1988, determinou ser dever do Estado garantir saúde a toda população e criou o Sistema Único de Saúde. Desde então se estudam formas de melhoria para o atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões, no cadastro e acompanhamento dos pacientes do SUS, a administração pública tem como aliada a Tecnologia da Informação (TI). A TI é ferramenta indispensável para a criação e manutenção do tema em estudo, o Cartão Nacional de Saúde, ou Cartão SUS, integrando todas as esferas do governo e propiciando ao Ministério da Saúde maior controle financeiro e fornecendo dados para a elaboração de estatísticas. Este estudo mostra as etapas de concepção do Cartão Nacional de Saúde e como o projeto foi efetivado no município de Joinville – SC. O trabalho foi elaborado através de uma pesquisa documental e bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e delineamentos de pesquisa descritiva.

Palavras-chave: Cartão Nacional de Saúde; Sistema Único de Saúde; Tecnologia da Informação.

ABSTRACT

Throughout history and continuous and uncontrolled population growth, the Brazilian Government has found great difficulties in establishing public health policies for the care of the poor, who depend on these actions to take advantage of quality healthcare services. The Federal Constitution of 1988 determined to be the duty of the State to ensure health for the entire population and created the National Health System. Since then study ways to improve for the appropriate users of the Unified Health System (SUS) service. With the objective to assist in making decisions on registration and monitoring of public patients, the public administration has an ally in the Information Technology (IT). IT is essential to the creation and maintenance of the subject under study tool, the National Health Card or SUS card, integrating all spheres of government and the Ministry of Health providing greater financial control and providing data to generate statistics. This study shows the design stages of the National Health Card and how the project was executed in the city of Joinville - SC. The work was developed through a documentary and bibliographic research, with a qualitative approach and descriptive research designs.

Keywords: National Health Card; Health System; Information Technology.

LISTA DE SIGLAS

ANS	Agência Nacional de Saúde
CadSUS	Sistema de cadastramento de usuários do Sistema Único de Saúde;
CEP	Código de Endereço Postal;
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
CNH	Carteira Nacional de Habilitação;
CNS	Cartão Nacional de Saúde;
CPF	Cadastro de Pessoa Física;
MS	Ministério da Saúde;
NOB96	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – 1996;
OMS	Organização Mundial da Saúde;
PMS	Plano Municipal de Saúde;
PEP	Prontuário Eletrônico do Paciente;
SMS	Secretaria Municipal de Saúde;
SUDS	Sistema Único Descentralizado de Saúde;
SUS	Sistema Único de Saúde;
TI	Tecnologia da Informação;
UBS	Unidade Básica de Saúde.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Tela de dados exigidos ao operador	32
FIGURA 2 - Tela de consulta	33
FIGURA 3 - Resultado da consulta	34
FIGURA 4 - Mensagem informando registro inexistente	35
FIGURA 5 - Retorno de pesquisa com opção de impressão	36
FIGURA 6 - Gerar impressão	37
FIGURA 7 - Guia dados pessoais da tela de cadastro	38
FIGURA 8 - Guia endereço da tela de cadastro	39
FIGURA 9 - Guia documentos básicos da tela de cadastro	40
FIGURA 10 - Guia cadastro de certidão antiga	41
FIGURA 11 - Guia cadastro de certidão nova	41
FIGURA 12 - Guia dados biométricos	42
FIGURA 13 - Modelo de Cartão Nacional de Saúde	42
FIGURA 14 - Informações estatísticas DATASUS	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.3 PROBLEMA.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	16
2.1.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE.....	17
2.2 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	20
2.3 CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE.....	23
2.3.1 PROJETO PILOTO DO CNS.....	25
2.3.2 OBJETIVOS DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE.....	28
2.3.3 CADASTRO PARA USUÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE.....	29
2.3.4 CADASTRO PARA USUÁRIOS SUS.....	31
2.3.5 SISTEMA UTILIZADO PARA CADASTRAMENTO DO CNS.....	32
3 METODOLOGIA	44
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	45
4.1 ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	45
4.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR ANALISADO	47
4.1.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	48

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas enfrentados pelo Governo é a situação de precariedade na área da saúde que atinge a população. Algumas medidas estão sendo adotadas para solucionar este impacto negativo, e entre elas está criação do Cartão Nacional de Saúde ou Cartão SUS.

O SUS foi criado pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibida a cobrança de dinheiro sob qualquer pretexto (BRASIL, 1990).

Através do Sistema Único de Saúde (SUS) todos os brasileiros, desde o nascimento, tem direito aos serviços de saúde gratuitos. O SUS é a rede que reúne postos de saúde, ambulatórios, hospitais, laboratórios, e todos os estabelecimentos públicos de saúde responsáveis por garantir o direito dos cidadãos a consultas, exames, internações e tratamentos. Os serviços prestados pelo SUS são destinados a todos os cidadãos e são financiados com recursos arrecadados por meio de impostos e contribuições pagos pela população.

Por se tratar de um programa de cobertura nacional, não seria fácil trabalhar com o SUS sem o auxílio da Tecnologia da Informação, possibilitando a disseminação e o compartilhamento das informações em curto espaço de tempo.

A disseminação do uso de equipamentos e sistemas computadorizados tem sido extensa nas últimas décadas, motivada por diversos benefícios percebidos, geralmente relacionados a ganhos de produtividade, de competências e performance organizacional. (TAVARES E COSTA 2008, p. 12).

A tomada de decisões no setor público de saúde é extremamente dependente de uma informação eficaz e de extrema importância na manutenção dos direitos humanos, podendo documentar desigualdades de acesso aos cuidados e auxiliar na criação de uma plataforma de ação.

Na intenção de reunir todas as informações relacionadas ao atendimento do usuário, foi criado o Cartão Nacional de Saúde ou Cartão SUS, cuja proposta geral é garantir que, em qualquer lugar do país aonde o usuário do SUS venha a ser atendido, seus dados pessoais, anteriormente inseridos no sistema de cadastramento do usuário SUS (cadSUS) e acessados por meio de um cartão magnético, possibilitem sua identificação, garantindo a consulta no estabelecimento conveniado com o SUS, além de solucionar a questão do repasse financeiro equivalente ao atendimento prestado pela instituição de direito (BRASIL, 1996).

Para o Ministério da Saúde (MS), o cartão SUS possibilita a análise dos relatórios gerados pelo sistema, permitindo obter informações precisas como número de cadastros, número de consultas e unidades de saúde cadastradas. A integração possibilita também a tomada de decisões com o intuito de melhorar o atendimento da população.

O Cartão Nacional de Saúde (CNS) é um mecanismo de controle governamental e instrumento facilitador do acesso do usuário do SUS aos serviços públicos de saúde. Entender o processo de implantação do Cartão SUS no município de Joinville - SC é o objetivo deste trabalho.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar o processo de implantação do Cartão Nacional de Saúde ou Cartão SUS no município de Joinville - SC.

1.2 Objetivos Específicos

O trabalho será desenvolvido conforme as seguintes etapas:

- Apresentar a Tecnologia da Informação e sua importância na gestão em saúde;
- Descrever as etapas de concepção e implantação do Cartão Nacional de Saúde.

1.3 Problema

Como se dá o processo de implantação do Cartão Nacional de Saúde?

1.4 Justificativa

A escolha do tema deriva da experiência em campo de estágio curricular realizado na Secretária de Saúde do município de Joinville - SC. O estágio aconteceu no setor responsável pelo cadastramento do usuário do SUS. Durante o estágio tive a oportunidade de acompanhar passo a passo o processo de cadastramento do usuário e acesso a documentos que utilizei para o desenvolvimento deste trabalho.

O CNS é considerado o maior plano de política pública após a criação do SUS e diante da magnitude deste projeto o

objetivo deste trabalho é apresentar o Processo de Implantação do Cartão Nacional de Saúde no município de Joinville – SC.

O trabalho expõe uma breve introdução à tecnologia da informação visto que é de extrema importância na política do CNS e nos projetos na área da saúde, em seguida uma sucinta apresentação do SUS para melhor compreensão da saúde pública deste país.

A prestação de serviços de saúde pode ser vista como uma das muitas variáveis que influenciam as condições de saúde de uma população. No entanto, há a necessidade de se conhecer melhor o impacto da prestação de serviços de saúde de uma determinada população e o seu peso nos resultados alcançados, este é um dos objetivos do CNS, construir uma base de dados em que os gestores possam avaliar o nível de prestação de serviços oferecidos à população de cada região e criar mecanismos de melhoria.

Para isso, estados e municípios desempenharam suas responsabilidades no processo de desenvolvimento do Projeto CNS, e, afirmam a relevância e importância da continuidade no processo de identificação dos usuários, sendo necessário que o Ministério da Saúde assuma efetivamente suas responsabilidades de coordenação dessa política de identificação, e do sistema de informação de cadastro dos usuários.

Assim como, assegure apoio técnico, financeiro e operacional aos estados e municípios na execução do processo de implantação do CNS.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para entender o contexto do trabalho, será apresentada uma breve introdução a Tecnologia da Informação e ao Sistema Único de Saúde. Em seguida os princípios, conceitos e objetivos do objeto de estudo deste trabalho, o Cartão Nacional de Saúde ou Cartão SUS.

2.1 Tecnologia da Informação

Com o passar dos anos observou-se o surgimento de grandes fábricas e o crescimento contínuo de produção que antes eram feitas em casas e pequenas oficinas. Houve então, a necessidade da implantação de um sistema onde fosse possível armazenar e gerenciar com excelência as informações coletadas para gerar soluções e resultados (STAIR, 1998).

Desde então, a Tecnologia da Informação (TI) vem ganhando força e já é parte essencial de muitas empresas, auxiliando na melhoria dos processos administrativos e gerenciais, contribuindo na agilidade de processos e no manuseio de informações (STAIR, 1998).

Para Albertin (1999, p. 19) TI é tudo aquilo que permite obter, armazenar, tratar, comunicar e disponibilizar a informação.

Diante da importância que a TI possui para as organizações, os gestores precisam trabalhar para oferecer soluções que contribuam para a resolução de problemas que venham a surgir na caminhada em direção a realização dos objetivos.

Desta forma, ao ser utilizada pelos gestores, as informações podem afetar ou modificar o comportamento existente na empresa, assim como o relacionamento entre várias unidades organizacionais (CHESWICK *et al.*, 2005).

Para Silva, A. *et al.* (2004), o emprego de sistemas/tecnologias de informação na empresa deve ser condicionado às definições e escolhas da estrutura

organizacional e não o contrário, cabendo a estes o papel de facilitadores, contribuindo com o tratamento e transmissão do conhecimento.

Na definição de Angeloni (2008, p. 247)

A tecnologia desempenha papel essencial na Era do Conhecimento, consistindo na adoção de ferramentas e métodos que objetivam facilitar a captação, a estruturação e disseminação do conhecimento anteriormente desestruturado e disperso na organização ou restrito a poucas pessoas por meio de manuais e normas complexas, tendo em vista a sua utilização de forma estratégica e racional por todos os colaboradores.

Visto o valor que a TI representa para as organizações, os gestores precisam adquirir conhecimento das ferramentas disponibilizadas para obter sucesso e bons resultados no desempenho de suas funções.

2.1.1 Tecnologia da Informação em Saúde

Diante da importância que a TI representa em todas as áreas, o setor saúde igualmente passou a usufruir deste benefício. Informatizar tornou-se sinônimo de agilizar, facilitar e desburocratizar. O computador tornou-se um ícone do mundo moderno onde sem essa máquina, qualquer instituição tende a se tornar obsoleta e ultrapassada.

Passamos a ver a disseminação irreversível e progressiva, dia a dia, da Tecnologia da Informação e a utilização incondicional dos sistemas de informação automatizados em todos os níveis da administração pública direta e indireta, tanto federal quanto estadual e, especialmente municipal, em todos os escalões

e níveis da estrutura organizacional das entidades públicas (SILVA *et al.*, 2004, p. 31).

Os sistemas geram estatísticas que serão utilizadas no apoio à saúde da população e nas atividades de saúde pública relacionadas à prevenção e promoção da saúde, controle de doenças, vigilância e monitoramento (BRASIL, 2011).

Utilizar a TI em uma área delicada e reconhecidamente carente como a de saúde inclui aspectos sociais e de convívio humano, que a simples solução técnica não abrange. Os sistemas são caríssimos e seu custo não envolve somente a aquisição, mas também o treinamento e consultoria específica, isso significa que, é um grande risco a falta de planejamento e análise adequada na aquisição de sistemas.

As informações constituem um importante insumo estratégico, capaz de influenciar o negócio da empresa, tornando-se cada vez mais a base para a competição. Sendo assim, a informação é a base do conhecimento, e o uso do conhecimento é uma condição necessária para o sucesso da elaboração de estratégias (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 47).

No entanto, não basta um sistema que armazene e gere relatórios, é necessário um gestor que saiba aproveitar estes dados extremamente volumosos para definir estratégias e nortear sua instituição.

Moura (1999) relaciona a estratégia com conjunto de decisões que são tomadas visando definir a direção a ser seguida para se posicionar frente ao ambiente.

Oliveira (1993) complementa definindo estratégia como um caminho, maneira ou ação, estabelecida e adequada para alcançar os resultados da empresa, representados por seus objetivos, desafios e metas.

Segundo Moraes (1994), persiste, a pouca utilização das informações no processo decisório em Saúde, apesar da existência de grande número de dados, de indicadores

consensualmente definidos e de diversos sistemas de informações de saúde implementados.

De acordo com a revista Saúde em Debate (2005), a Tecnologia da Informação em Saúde pode inferir sua função estratégica para a gestão do SUS quando a Informação:

- Fortalece a capacidade de formular, implementar, coordenar e avaliar a Política de Saúde ao ampliar a capacidade de governança dos gestores de saúde, desenvolvendo mecanismos de atuação e monitoria sobre populações, ambiente, sistema e serviços de saúde a partir do uso intensivo das informações em saúde e suas tecnologias.
- Instrumentaliza processos de mudança na hegemonia do modelo biomédico da doença, com a adoção da Promoção da Saúde como estratégia, em que a Informação em Saúde ao ser apropriada pela população tem uma contribuição fundamental para a construção da 'consciência sanitária', dos direitos de saúde e do dever do Estado neste processo.
- Amplia as possibilidades de novos modelos de alocação equitativa de recursos.
- Instrumentaliza o salto de qualidade na articulação da gestão da oferta espontânea com a gestão da oferta programada. Propicia a adoção de mecanismos de identificação do cidadão, do acompanhamento não só do seu caminhar (fluxo) pelo sistema de saúde, mas, também, da programação (ausências) de consultas pré-agendadas. Permite articular ferramentas quando seja visualizado, antecipadamente, o fluxo mais adequado para riscos determinados.

- Contribui para o estabelecimento entre os gestores de uma relação com base na cooperação para o alcance da qualidade e efetividade das ações de saúde.
- Subsidiar processos de regionalização e hierarquização que rompam com uma concepção piramidal para uma rede horizontal de serviços de saúde.
- É apropriada pelo controle social em seu exercício de luta e participação no processo decisório em saúde.
- Contribui para a superação do atual sistema fragmentado para um sistema integrado de serviços, ações de saúde e de informações.

Ao evidenciar a informação, os gestores de saúde poderão formular a maneira pela qual serão capazes de obter desempenho superior e transformar a estratégia em algo concreto.

2.2 Sistema Único de Saúde

A saúde é questão de constante preocupação e centro das atenções de muitas pessoas, do governo brasileiro e de outros países. Embora o direito a saúde tenha sido difundido internacionalmente, desde a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, somente quarenta anos depois o Brasil reconheceu formalmente a saúde como direito social.

A criação do SUS se deu em 1988 através da Constituição Federal, passando a ser um sistema de assistência à saúde da população. Sua proposta vai além da medicina curativa, propondo a promoção à saúde e priorizando as ações preventivas. (BRASIL, 2011).

A saúde passou a ser reconhecida como um direito social, independente da condição do cidadão, cabendo ao poder público a obrigação de garanti-la, conforme consta no artigo 196 da Constituição Federal que narra:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

União, estados e municípios tornaram-se parceiros na solidificação e êxito da política de saúde do país, cada qual com atribuições específicas descritas nas normas operacionais básicas do Ministério da Saúde (MS) e na Lei 8.080/1990 que dispõe sobre os fundamentos para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços relativos ao mesmo. Para Paim (2009 p. 46)

O acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação, conforme descrito na lei, constitui desenvolver uma atenção integral à saúde, onde promover a saúde significa cultivar e estimular através de medidas gerais e específicas a saúde e a qualidade de vida das pessoas, através da boa condição de vida, educação, alimentação, lazer e cultura. Onde proteger significa reduzir ou eliminar riscos através de campanhas de vacinação, combate a insetos transmissores de doenças, o uso do cinto de segurança nos veículos, controle da qualidade da água, alimentos, medicamentos e tecnologias médicas. E recuperar significa ter um diagnóstico precoce evitando complicações ou sequelas, atenção à saúde na comunidade e a assistência médica ambulatorial, hospitalar e domiciliar como forma de recuperação da saúde.

Criado para garantir a assistência integral, universal e gratuita, o SUS é considerado um dos maiores e mais completos sistemas públicos de saúde no âmbito mundial. O SUS compreende desde o atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, além de realizar consultas, exames e internação.

O mesmo promove campanhas de vacinação, de prevenção e de vigilância sanitária. A partir de sua criação um novo sentido a saúde foi adotado, deixando de dividir o acesso entre os que podiam pagar pelos procedimentos e os que eram trabalhadores segurados pela previdência social, sendo assim, passou a ser um direito social assegurado pela constituição como direito de todos e dever do Estado, como descreve o Portal da Saúde na apresentação do sistema (BRASIL, 2013).

É a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, participará do processo de formulação das políticas de saúde e do controle da sua execução, em todos os níveis, desde o federal até o local (BRASIL, 2013).

Gestão participativa é definida como a devolução aos cidadãos do poder de decisão na formulação de políticas locais, em espaços como os conselhos de saúde onde estão engajados os usuários do sistema e o governo que se desmembra ainda entre gestores, prestadores de serviços e profissionais (AVRITZER, 2010).

Deve ser também considerado como elemento do processo participativo o dever das instituições oferecerem as informações e conhecimentos necessários para que a população se posicione sobre as questões que dizem respeito à sua saúde.

Cabe aos gestores de saúde a complexa missão de fazer com que o SUS seja implantado e funcione adequadamente dentro das diretrizes e da lógica organizacional.

2.3 Cartão Nacional de Saúde

A primeira referência ao Cartão Nacional de Saúde se deu em 1986, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Em 1996 o Ministério da Saúde editou a Norma Operacional Básica do SUS (NOB96), onde propôs a existência de um cartão de identificação do usuário SUS como forma de unificação das informações geradas por todos os municípios da federação (BRASIL 1996).

Em 1999, se deu início ao esboço de um dos maiores projetos de saúde pública após a criação do SUS, o Cartão Nacional de Saúde (CNS) ou Cartão SUS.

A portaria nº 940, de 28 de abril de 2011 do Ministério da Saúde regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, no âmbito das ações e serviços de saúde dentro do território nacional (BRASIL, 2011).

O CNS é um instrumento que possibilita a vinculação dos procedimentos realizados no âmbito do SUS ao usuário, ao profissional que o realizou e também a unidade de saúde onde foi realizado. Para tanto, é necessária a construção de cadastros de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde (BRASIL, 2011).

É um documento numerado que possibilita a identificação de qualquer pessoa no Brasil ao utilizar os serviços de saúde.

O uso do CNS por todos os cidadãos brasileiros, mesmo por aqueles que têm plano de saúde, traz benefícios à gestão do sistema de saúde do país, contribuindo tanto para o planejamento das ações como para o acompanhamento dos resultados obtidos (BRASIL, 2011).

O sistema Cartão Nacional da Saúde facilita o atendimento ao cidadão e qualifica o trabalho dos gestores e profissionais da área da saúde. Ele identifica o indivíduo para garantir a cidadania, coordena informações para humanizar o atendimento e padroniza os procedimentos para democratizar o uso do recurso público (BRASIL 2011).

Para o cidadão, o número do CNS possibilitará o seu registro e histórico de atendimento, não substituindo os prontuários eletrônicos ou de papel da instituição que o atendeu, ou seja, os dados de saúde poderão ser consultados por profissionais autorizados, sem que se percam informações importantes para o tratamento do usuário. Assim, cada cidadão terá acesso ao seu histórico de saúde, independente de utilizar o serviço público ou o plano de saúde (BRASIL, 2011).

A implantação do Cartão SUS foi feita por meio da criação de uma base de dados cadastrais que identifica todos os usuários do SUS do país. Tratava-se de uma forma de organizar a rede de serviços de saúde nos municípios, estados e no âmbito nacional, mediante a modernização dos instrumentos de gerenciamento da atenção à saúde (BRASIL 2004).

Conforme descrito no Manual de Normas e Procedimentos de uso do CNS (2011) seus princípios são:

- **Privacidade:** qualquer informação identificadora ou diretamente relacionada com os usuários, decorrente da utilização do cartão, tem caráter confidencial e está sujeita às normas éticas e legais que regulam o acesso aos registros de saúde e aos prontuários médicos e o seu uso, bem como às sanções legais, civis, administrativas e penais, se comprovada a quebra de sigilo.
- **Garantia de acesso:** o cidadão não poderá ter negado seu acesso aos serviços de saúde ou sofrer qualquer tipo de coação por não estar de posse do cartão.
- **Instrumento de implementação do SUS:** o CNS e os sistemas associados representam estratégias e instrumentos de apoio à plena implementação do SUS, sendo resultado de investimentos públicos para a

geração e uso de informações necessárias à gestão da saúde no País.

- **Validade em todo o País:** o CNS é válido em todo o País e deve contribuir para a integração dos sistemas de informação e para o atendimento em saúde implantado no Brasil, criando e mantendo uma base nacional de registros eletrônicos de saúde do cidadão.

2.3.1 Projeto Piloto do CNS

De acordo com Magalhães (2010), um projeto de tamanha grandeza não pode ser construído sem uma perspectiva de longo prazo. Assim, ele necessita ser implementado em sucessivos ciclos, considerando fases de revisão, planejamento, implantação e análise de resultados.

O objetivo do projeto piloto é construir uma metodologia de implantação do CNS de forma a garantir sua apropriação em escala nacional.

A licitação para a contratação de uma solução de informática inclui o desenvolvimento e instalação de terminais específicos, aquisição da infraestrutura de informática e de comunicação, desenvolvimento de aplicativos, emissão dos cartões, capacitação de recursos humanos, manutenção e assistência técnica (BRASIL 2011).

De acordo com BRASIL (2004), a fase de experimento se deu em janeiro de 2000, com o projeto piloto, onde foram selecionados 44 municípios do país. O cadastro do CNS se deu em duas fases:

- Cadastramento nos municípios do Projeto Piloto;
- Cadastramento nacional para a expansão do Projeto.

De acordo com o BRASIL (2011), a fase piloto do projeto engloba os seguintes aspectos quanto ao atendimento:

- Identificação do usuário através do Cartão SUS;
- Acompanhamento clínico do usuário, através das informações contidas em um banco de dados com todo histórico do paciente;
- Prescrições de medicamentos, requisições de exames e cirurgias;
- Diagnósticos e resultados de atendimentos do paciente.

Com a implantação do projeto piloto o usuário passa a ter um prontuário eletrônico onde são armazenados todos os dados e diagnósticos relativos à sua saúde. Seu histórico de saúde poderá ser acessado em todo território nacional por profissionais autorizados. Com o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), as informações dos pacientes podem ser acessadas mais rapidamente, melhorando a qualidade do atendimento (BRASIL 2001).

O PEP armazena informações relacionadas com o passado, presente ou futuro da saúde física ou mental, ou condição dos pacientes, informações estas que residem num sistema eletrônico usado para capturar, transmitir, receber, armazenar, disponibilizar, ligar e manipular dados multimídia com o propósito primário de um serviço de saúde (MURPHY; HANKEN; WATERS, 1999, p. 48).

O cadastro nacional de usuários do Projeto Piloto é o primeiro passo para a implementação do CNS em todo território nacional. O cartão é uma importante ferramenta para a consolidação do SUS, facilitando a gestão do sistema e contribuindo para o aumento da eficiência no atendimento direto ao usuário (BRASIL, 2011).

No total, foram 44 municípios (tabela 1) que participaram do Projeto Piloto de implantação do CNS.

ESTADO	MUNICÍPIO
BA	Salvador
ES	Vitória
MG	Belo Horizonte
MS	Campo Grande
PA	Castanhal
PE	Cabo de Santo Agostinho
PE	Recife
PR	Adrianópolis
PR	Agudos do Sul
PR	Almirante Tamandaré
PR	Araucária
PR	Balsa Nova
PR	Bocaiúva do Sul
PR	Campina Grande do Sul
PR	Campo do Tenente
PR	Campo Largo
PR	Campo Magro
PR	Campo Mourão
PR	Cerro Azul
PR	Colombo
PR	Contenda
PR	Curitiba
PR	Doutor Ulysses
PR	Fazenda Rio Grande
PR	Itaperuçu
PR	Lapa
PR	Mandirituba
PR	Pato Branco
PR	Piñon
PR	Pinhais
PR	Piraquara
PR	Quatro Barras
PR	Quitandinha
PR	Rio Branco do Sul
PR	Rio Negro
PR	São José dos Pinhais
PR	Tijucas do Sul
PR	Tunas do Paraná
RJ	Volta Redonda
SC	Florianópolis
SE	Aracaju
SP	Osasco
SP	São José dos Campos
SP	Santo André
TOTAL	44 Municípios

TABELA 1: Municípios que participaram do Projeto Piloto
 Fonte: MARTINS, 2009.

2.3.2 Objetivos do Cartão Nacional de Saúde

Conforme consta na Portaria nº 940 de 2011, que Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, o sistema cartão é um projeto de cunho nacional, desenvolvido pelo MS, com o objetivo de modernizar os instrumentos de gerenciamento da atenção à saúde, através de tecnologias de ampla difusão, que conjugam informática e telecomunicações, visando prover ao SUS uma rede integrada de informações para a realização de diversas operações e captura de informações.

Seu objetivo, conforme descrito no documento de Normas e Procedimentos de uso do CNS (2011) são:

- Identificar o cidadão junto aos serviços de saúde;
- Criar um registro eletrônico de saúde de cada região;
- Facilitar a câmara de compensação financeira intermunicipal e interestadual;
- Auxiliar a referência e a contra referência intra e intermunicipal e, também, interestadual de pacientes;
- Contribuir para o funcionamento dos consórcios municipais de saúde;
- Uniformizar e compatibilizar dados, de forma a consolidar os sistemas de informações em saúde da União, estados e municípios;
- Conhecer a realidade epidemiológica da população;

Conforme consta em BRASIL (2011), com a base de dados construída pelo sistema CNS é possível gerar uma série de informações visando à melhoria dos serviços de saúde. Inicialmente, os dados processados pelo sistema do cartão permitem:

- A identificação do usuário do SUS por meio do seu número nacional de identificação, que é gerado a partir do cadastramento do usuário e o cadastramento de profissionais de saúde;
- Identificação do estabelecimento de saúde onde aconteceu o atendimento;
- Registro da data e hora do atendimento;
- Registro do diagnóstico e do motivo da procura;
- Registro dos procedimentos ambulatoriais ou hospitalares realizados;
- Identificação de prescrição informada pelo sistema;
- Identificação de encaminhamentos ou outros.

A questão da segurança na captação, transmissão e armazenamento das informações foram bastante enfatizadas nas propostas do Cartão SUS. Por essa razão, como parte da arquitetura do sistema, foi definida uma política de segurança que abrange os requisitos de privacidade, autenticidade, integridade, controle de acesso e auditoria de dados de saúde vinculados ao sistema Cartão. (BRASIL, 2004).

2.3.3 Cadastro para usuários de planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde (ANS), reguladora dos planos de saúde terá a função de cadastrar os usuários que possuem planos de saúde.

Para o cadastro dos usuários de planos de saúde as empresas não precisam enviar nenhum dado adicional, para a ANS e nem para o MS, com o objetivo específico de cadastrar usuários e obter números de CNS. Basta que enviem normalmente, com periodicidade mensal, as informações

referentes ao Sistema de Informações de Beneficiários que é exigência da ANS, conforme definidas na Resolução Normativa nº 295/2012 que estabelece normas para a geração, transmissão e controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde.

Os números do CNS estão sendo emitidos para todos os beneficiários de planos de saúde cadastrados por suas operadoras junto à ANS, desde que tenham em sua base de dados às informações exigidas pelo sistema do CNS:

- Nome completo sem abreviações;
- Filiação;
- Município de nascimento;
- Data de nascimento;
- Endereço completo;
- Documento de identidade e CPF para adultos;
- Certidão de nascimento para crianças.

O usuário que possui plano de saúde não precisa se dirigir a postos de saúde ou hospitais do SUS com o objetivo de cadastrar-se, uma vez que será cadastrado pela ANS e a mesma fornecerá o número do CNS de cada usuário à respectiva operadora de planos de saúde. Cabe a operadora do plano de saúde repassar ao usuário o número do CNS (BRASIL, 2011).

Cabe a ANS regular a forma pela qual as operadoras deverão incluir no cartão do plano de saúde o número do CNS, beneficiando o usuário com a utilização de um único cartão onde constam número de cadastro junto ao plano de saúde e o número do CNS, possibilitando seu atendimento em rede pública ou privada (BRASIL, 2011).

Nos atendimentos no SUS, o número do CNS da pessoa poderá ser obtido por meio de consulta à base de dados, que terá âmbito nacional, não diferenciando indivíduos com ou sem plano de saúde. Os mesmos sistemas informatizados serão acessíveis pelo SUS e por empresas operadoras de planos de saúde (BRASIL, 2012).

O cadastramento dos beneficiários de operadoras de planos privados de saúde na base de dados do CNS visa identificá-los como parte da população brasileira que também tem acesso ao SUS, além de cooperar para tornar viável a utilização de registros e prontuários eletrônicos em saúde pela rede prestadora de serviços de saúde e gerar dados estatísticos para a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2012).

2.3.4 Cadastro para usuários do SUS

Conforme consta no manual de normas e procedimentos de uso do CNS (2011), o usuário que não possui plano de saúde poderá se cadastrar no momento do primeiro atendimento de saúde na rede pública ou conforme o planejamento estabelecido pelo secretário de saúde responsável pela região de moradia do usuário. O cadastramento do usuário resultará na obtenção de um número de cartão, a ser amplamente utilizado nos momentos de atendimento em saúde, independentemente da emissão de cartões em plástico.

O cadastro do CNS pode ser realizado nas Unidades Básicas de Saúde, nas unidades de atendimento hospitalar, na Secretaria de saúde dos municípios ou através do *site* da Secretaria de Saúde.

Para realizar o cadastro junto ao sistema do CNS o usuário deve apresentar as seguintes informações:

- Nome completo sem abreviações;
- Filiação;
- Município de nascimento;
- Data de nascimento;
- Endereço completo;
- Documento de identidade e CPF para adultos;
- Certidão de nascimento para crianças.

Seja no SUS ou na rede privada, ninguém poderá ter seu atendimento negado por não portar o CNS ou o número do mesmo. Da mesma forma, nenhum beneficiário de plano de saúde poderá ter seu plano cancelado devido à ausência deste número.

2.3.5 Sistema utilizado para cadastramento do CNS

O manual de operação CADSUS WEB possui a finalidade de orientar o usuário operador a navegar na aplicação utilizada para realizar consulta, cadastro, edição e impressão do CNS a partir do site do MS. Este programa é utilizado pelos estabelecimentos de saúde e pelas Secretarias de Saúde para cadastrar o usuário e confeccionar o CNS.

É uma base de dados do governo onde ficam armazenadas todas as informações disponibilizadas pelo usuário no momento do cadastro e os dados do profissional que realizou o cadastro do usuário.

O operador deverá acessar o site do Portal de Cadastros Nacionais: <http://cartaonet.datasus.gov.br/> e clicar no *link* CADSUS WEB – CADASTRO, o sistema exibirá tela de *login* para o operador ter acesso.

FIGURA 1: Tela de dados exigidos ao operador.



A imagem mostra duas partes: à esquerda, uma interface web de autenticação com o título "Autenticação" e campos para "CNES", "Usuário" e "Senha"; à direita, uma imagem do "Cartão Nacional de Saúde" (CNS) com o logo do SUS e o brasão brasileiro.

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

Após realizar o *login* o operador terá acesso à tela de consulta e deverá inserir o dado de parâmetro para consulta e clicar no botão **Procurar Usuário**, o sistema automaticamente apresentará todos os cadastros encontrados de acordo com o parâmetro selecionado.

Em qualquer momento o operador poderá pressionar o botão **Limpar Formulário** e inserir outro parâmetro para pesquisa.

FIGURA 2: tela de consulta.

Consulta ao Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde

FILTRO DE PESQUISA

Número do CNS

Nome

Nome da Mãe

Nome do Pai

Data de Nascimento

CPF

Município de Nascimento

Procurar usuário Limpar formulário

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

Em seguida será exibida uma listagem com os nomes encontrados conforme o parâmetro escolhido, cada registro deverá conter:

- Nome do usuário;
- Nome da mãe;
- Data de nascimento;
- Município de residência;
- Número do cartão;
- Opções para impressão do cartão e edição do registro.

FIGURA 3: Resultado da consulta.

Consulta ao Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde

FILTRO DE PESQUISA

Número do CNS

Nome













Nome da Mãe





Nome do Pai

Data de Nascimento

CPF

O RESULTADO DA PESQUISA RETORNOU 3 REGISTROS
CASO NÃO SEJA NENHUM DOS REGISTROS ENCONTRADOS, POR FAVOR REFINE SUA PESQUISA

	Núm. Cartão	Nome	Apelido	Mãe
   	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO
   	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO
   	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO

Legenda:  Grau de Qualidade de Dados  Visualizar Dados  Gerar Impressão do CNS  Editar Usuário

Dt. Nasc. = Data de Nascimento Município Res. = Município de Residência Núm. Cartão = Número do Cartão

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

Quando o operador realizar a consulta de um registro inexistente, aparecerá uma mensagem informando a inexistência do registro na base de dados do sistema e perguntando se há interesse de cadastrar o usuário. Caso o operador pressione o botão **SIM! CADASTRAR**, a aplicação manterá os dados utilizados para consulta e os disponibilizará, em seus devidos campos, para o preenchimento dos demais dados cadastrais.

FIGURA 4: Mensagem informando registro inexistente.

Consulta ao Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde

i Não foi encontrado nenhum registro em sua pesquisa.

FILTRO DE PESQUISA

Número CNS

Nome

Nome da Mãe

Data de Nascimento

Confirmação

i Este usuário não foi encontrado na base de dados! Deseja cadastrá-lo?

Sim Não

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

O CNS poderá ser impresso em três momentos:

- Ao finalizar o cadastro de um novo registro, aonde a aplicação disponibilizará uma mensagem perguntando se o operador deseja imprimir o CNS;
- Ao final da edição de alteração de um registro, aonde a aplicação disponibilizará uma mensagem se o operador deseja imprimir o CNS;
- Após efetuar uma consulta, aonde o operador poderá selecionar o ícone Cartão para que a aplicação exiba opção de impressão do CNS.

FIGURA 5: Retorno de pesquisa com opção para impressão.

Consulta ao Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde










FILTRO DE PESQUISA





Número do CNS Nome

Nome da Mãe Nome do Pai

Data de Nascimento CPF

O RESULTADO DA PESQUISA RETORNOU 3 REGISTROS
CASO NÃO SEJA NENHUM DOS REGISTROS ENCONTRADOS, POR FAVOR REFINE SUA PESQUISA

	Núm. Cartão	Nome	Apelido	Mãe	
  	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO	NONO
  	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO	NONO
  	0000000000000000	NONONO NONONO NONONO		NONONO NONONO NONONO	NONO

Legenda:  Grau de Qualidade de Dados  Visualizar Dados  Gerar Impressão do CNS  Editar Usuário

Dt. Nasc. = Data de Nascimento | Município Res. = Município de Residência | Núm. Cartão = Número do Cartão

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

O sistema exibirá quatro opções para impressão, sendo que a Secretaria de Saúde e os estabelecimentos de saúde deste município utilizam a impressão em papel.

FIGURA 6: Gerar impressão.

Gerar Impressão

NONONONONONONONONO
CNS 000000000000000

Escolha a forma de impressão para:

- Etiqueta:** Impressão direta em etiqueta - é necessário uma impressora padrão de etiquetas. Selecione a opção de tamanho "Tamanho real".
- Etiqueta Nome Social:** Impressão direta em etiqueta somente destacando o nome social com data de nascimento - é necessário uma impressora padrão de etiquetas. Selecione a opção de tamanho "Tamanho real".
- Cartão:** Impressão direta no cartão por termo-gravação - é necessário uma impressora específica para a Impressão em cartão. Selecione a opção de tamanho "Tamanho real".
- Papel:** Impressão em papel comum - pode ser feita em qualquer impressora padrão.

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

O cadastro de um novo usuário será disponibilizado somente após uma consulta realizada. Caso seu registro não exista na base de dados do sistema, será habilitado o botão **Cadastrar Usuário**, todos os campos obrigatórios possuem o símbolo de * ao lado do campo. O sistema não cadastrará novo registro que não possuam os campos obrigatórios preenchidos.

O campo obrigatório **Mãe** poderá ser deixado em branco desde que marcada a opção **Desconhecida**.

O cadastro está dividido em quatro guias:

- Dados pessoais;
- Contatos;
- Documentos;
- Dados biométricos.

A guia de dados pessoais apresentará os principais dados do usuário.

No campo Cadastro de Pessoa Física (CPF) do usuário ao ser inserido dados pessoais como nome, nome da mãe, sexo e data de nascimento serão preenchidos automaticamente com informações da Receita Federal.

FIGURA 7: Guia dados pessoais da tela de cadastro.

Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde CNS: 00000000000000

Dados Pessoais | Contatos | Documentos | Dados Biométricos

Dados do Usuário

CPF *Nota: Ao informar o CPF, alguns campos básicos serão preenchidos automaticamente e não poderão ser editados.*

Nome* Nome Social/Apelido

Nome de Mãe* Nome do Pai* *(caso desconhecido, selecionar a opção ao lado)*

Sexo* Raça/Cor* Etnie Indígena*

Data de Nascimento* Tipo Sanguíneo *Nota: Preencha somente se tiver certeza.*

Data de Óbito *Nota: Ao preencher a Data de Óbito, este cartão nacional da saúde, será cancelado.*

Nacionalidade* Município de Nascimento

*Campos de preenchimento obrigatório

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

A guia de contatos é composta por uma área contendo os principais dados referentes a endereço. O endereço é obrigatório, com exceção de usuários ciganos, nômades ou moradores de rua, conforme portaria 940 de 28 de abril de 2011, art. 23, parágrafo primeiro.

O Código de Endereço Postal (CEP) ao ser preenchido, outros campos são preenchidos automaticamente de acordo com a base dos correios.

FIGURA 8: Guia Endereço da tela de cadastro.

Dados Pessoais **Contatos** **Documentos** **Dados Biométricos**

E-mail

Principal

Alternativo

Confirmação Principal

Confirmação Alternativa

Telefone

Tipo Telefone DDD Tipo Telefone

SELECIONE + Incluir

Tipo Telefone	DDD	Número

Dados de Endereço do Usuário

Nômade *Nota: Selecione este campo se o cidadão for um cidadão nômade ou morador de rua.*

CEP

País de Residência* Município de Residência*

Tipo de Logradouro* Nome do Logradouro* Bairro*

Número* Complemento

(caso sem número, selecionar a opção ao lado)

*Campos de preenchimento obrigatório

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

A Guia de documentos é dividida em cinco áreas. Nenhum dos campos desta guia é considerado obrigatório, porém, recomenda-se que seja preenchido pelo menos um deles.

- Área de documentos básicos;
- Área de cadastro de certidões;
- Área de carteira de trabalho;
- Área de Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- Área do ultimo passaporte.

FIGURA 9: Guia de documentos básicos tela de cadastro.

A imagem mostra a interface de usuário para o cadastro de documentos básicos no sistema CADSUS WEB. O título da janela é "Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde". A interface possui uma barra de navegação com quatro abas: "Dados Pessoais", "Contatos", "Documentos" (ativa) e "Dados Biométricos".

Dentro da aba "Documentos", há uma seção intitulada "Documentos Básicos (CPF, DNV, PIS, RG, Título de Eleitor)". Esta seção contém os seguintes campos:

- CPF: Campo de texto.
- DNV: Campo de texto.
- Número de Inscrição Social (NIS/PIS/PASEP): Campo de texto.
- RG - Carteira de Identidade: Subseção com os seguintes campos:
 - Número: Campo de texto.
 - Órgão Emissor: Menu suspenso com o texto "SELECIONE".
 - UF: Menu suspenso com o texto "SELECIONE".
 - Data de Emissão: Campo de texto.
- Título de Eleitor: Subseção com os seguintes campos:
 - Título de Eleitor: Campo de texto.
 - Zona: Campo de texto.
 - Seção: Campo de texto.

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

FIGURA 10: Guia de cadastro de certidão antiga.

== Certidões (Nascimento, Casamento, outras)

Tipo de Certidão: SELECIONE

Modelo de Certidão: CERTIDÃO ANTIGA

+ Incluir

Certidão Antiga

Nome do Cartório:

Livro:

Folha:

Tomo:

Data de Emissão:

Tipo de Certidão	Número do Cartório	Nome Cartório	Data de Emissão
------------------	--------------------	---------------	-----------------

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

FIGURA 11: Guia de cadastro de certidão nova.

== Certidões (Nascimento, Casamento, outras)

Tipo de Certidão: SELECIONE

Modelo de Certidão: CERTIDÃO NOVA

+ Incluir

Certidão Nova

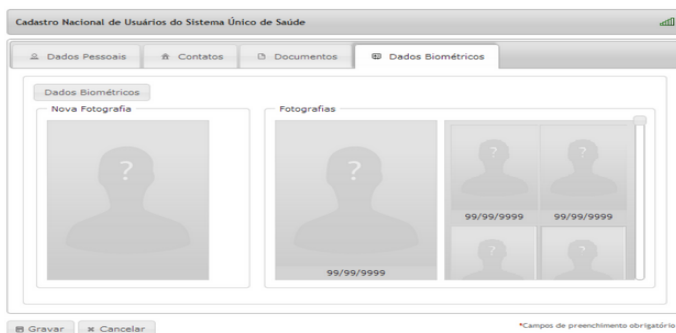
Data de Emissão:

Tipo de Certidão	Número do Cartório	Nome Cartório	Data de Emissão
------------------	--------------------	---------------	-----------------

FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

A guia de dados biométricos contém a fotografia atual e o histórico de fotografias do usuário.

FIGURA 12: Guia de dados biométricos.



FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

Ao final do preenchimento dos campos o operador deverá **GRAVAR** para efetuar o cadastro no sistema e imprimir o CNS para entrega ao usuário.

FIGURA 13: Modelo de Cartão Nacional de Saúde

Cartão Nacional de Saúde - CNS

Sr

Parabéns! Seus dados já constam no Sistema Único de Saúde - SUS.
Informe, seu número de CNS quando usar a rede do Sistema Único de Saúde – SUS.
Recorte o Cartão abaixo e use-o normalmente. Ele vale em todo o território nacional.



FONTE: Manual de Operações do CADSUS WEB.

Conforme descrito no documento de Normas e Procedimentos de uso do CNS (2011) o modelo do CNS é definido no Anexo da Portaria 940/2011. Consta de uma mídia de plástico de PVC, com a bandeira do Brasil estilizada, de cor verde, no verso do qual deverá ser colada uma etiqueta adesiva contendo o nome do usuário e seu número de cadastro no sistema CNS com o respectivo código de barras.

O usuário deverá cuidar para que tenha durabilidade, preservando a legibilidade dos dados nele impressos. Caso haja perda ou dano ao mesmo, o usuário pode obter um novo cartão em qualquer posto que faça sua emissão, não sendo necessário um novo cadastramento.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi elaborado através de uma pesquisa documental e bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e delineamentos de pesquisa descritiva.

Foi empregada a pesquisa documental através da análise das informações contidas em manuais, relatórios, documentos impressos e eletrônicos disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município de Joinville – SC, durante o período de estágio curricular.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001) a principal característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999), utiliza material secundário, sendo eles: livros, artigos, periódicos e internet.

O estudo realizado abordou o tema de forma qualitativa, visto que dela fazem parte a aquisição de dados descritivos resultantes do contato direto e interativo do pesquisador com a situação que é analisada. Segundo Gil (1999), a pesquisa qualitativa tem o intuito de descrever uma situação específica, utilizando o processo e seu significado com focos principais da abordagem.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva, pois segundo Gil (1999) descreve as características de determinada população conseguindo estabelecer relações entre alguns aspectos e tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Após análise de documentos impressos, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município de Joinville – SC, juntamente com a apreciação de documentos, publicações e artigos encontradas na internet, somadas as percepções registradas no relatório de estágio curricular desenvolvido pela acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, será apresentado neste tópico as atribuições da SMS do município de Joinville - SC, a rotina adotada pelo gestor para o cadastramento do usuário SUS junto ao sistema Cartão Nacional de Saúde e as principais limitações encontradas durante o desenvolvimento deste trabalho.

4.1 Atribuições da Secretaria Municipal de Saúde

A SMS do município de Joinville - SC tem por finalidade promover serviços de saúde direcionados ao atendimento das necessidades da população referente à área compreendida.

Sua função é regulamentar, controlar, fiscalizar e desenvolver estudos e pesquisas relacionados à saúde pública e sua promoção.

De acordo com o MS, é de responsabilidade do gestor municipal desenvolver o processo de planejamento, programação e avaliação da saúde local, de modo a atender as necessidades da população de seu município com eficiência e efetividade. O Plano Municipal de Saúde (PMS) deve orientar as ações na área, incluído o orçamento para sua execução. (BRASIL, 2004).

A Lei Orgânica do Município de Joinville (1990) dispõe das responsabilidades da SMS.

Art. 145, ao Município, como membros do sistema único de saúde, através da Secretaria de Saúde e em corresponsabilidade com o Conselho Municipal de Saúde, caberá:

- Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;
- Elaborar e atualizar periodicamente o plano municipal de saúde em termos de prioridades e estratégias municipais, em consonância com o plano estadual de saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde;
- Elaborar e atualizar a proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde para o Município;
- Propor projetos de leis municipais que contribuam para viabilizar e concretizar o Sistema Único de Saúde no município;
- Compatibilizar e complementar as normas técnicas do Ministério da saúde e da Secretaria Estadual de Saúde de acordo com a realidade municipal;
- Celebrar convênios e contratos com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde de abrangência municipal e avaliar e controlar as suas execuções;
- Executar serviços de: vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação e nutrição;
- Gerir a rede de ambulatórios públicos de saúde;
- Assegurar a assistência, nos melhores padrões éticos, técnicos e científicos do direito à gestação, ao parto e ao aleitamento, bem como a assistência à infância;
- Participar do controle de fiscalização da produção, transporte, armazenamento e utilização de substância e produtos psicoativos, tóxicos, explosivos e radioativos.

4.1.1 Caracterização do Setor Analisado

O campo de estágio se deu no setor de Coordenação, Cadastramento e Acompanhamento do usuário SUS da Secretaria Municipal de Saúde do município de Joinville - SC, no período de maio a agosto de 2013, onde uma das atribuições do setor é realizar o cadastro do CNS do usuário SUS.

De acordo com a Portaria nº 940 de 2011, cabe ao gestor de cada município estabelecer mecanismos para o cadastramento da população de sua região junto ao projeto CNS.

A SMS do município de Joinville - SC adotou três formas de cadastramento dos usuários:

1- O usuário se dirige a SMS com os documentos solicitados para o cadastro, o funcionário prontamente realiza o cadastro junto à base municipal e federal e fornece o CNS impresso em papel;

2- Através do site da SMS do município de Joinville – SC, o usuário preenche um formulário com todos os dados solicitados e dentro do prazo de 30 dias recebe seu CNS por e-mail. Cabe ao usuário realizar a impressão do seu documento;

3- O cadastro do usuário é realizado no momento da sua consulta nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou nas instituições prestadoras de serviços de saúde que possuam o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O funcionário realiza do cadastro do usuário junto a base municipal e federal e fornece o CNS impresso em papel.

Cabe aos funcionários do setor de Coordenação, Cadastramento e Acompanhamento do usuário SUS da SMS do município de Joinville – SC oferecer suporte e repassar todas as informações necessárias às UBS e aos estabelecimentos de

saúde quando surge alguma dúvida ou modificação no site da base federal.

Durante o período de estágio curricular na SMS do município de Joinville – SC observei que a maior dificuldade encontrada pelos funcionários do setor de Coordenação, Cadastramento e acompanhamento do usuário SUS estava relacionado a TI.

A base federal de cadastramento do CNS muitas vezes se encontrava indisponível, dificultando o trabalho da equipe e prejudicando o usuário que ficava sem seu CNS.

4.1.2 Limitações da Pesquisa

São escassos os estudos relativos ao CNS. As informações teóricas acerca de sua idealização e implantação são fornecidas pelo Governo Federal através das leis e decretos.

O *site* do DATASUS, responsável por apresentar dados estatísticos referentes à situação atual de cadastramento do CNS encontra-se indisponível e não disponibiliza as informações para consulta declarando que os números enviados pelos municípios são incorretos.

FIGURA 14: Informações estatísticas DATASUS

OBSERVAÇÕES QUANTO ÀS INFORMAÇÕES DE TOTAIS NO CADASTRO NO MUNICÍPIO

Os números apresentados se referem exclusivamente à quantidade de cadastramentos registrados para aquele município. Não podem ser considerados como quantidade de usuários do SUS para aquele local devido ao fato de que alguns municípios:

Usam sistemas próprios e cadastram sem consultar a base anterior ou a base nacional, podendo cadastrar um usuário mais de uma vez ou cadastrar usuário de outro município como sendo dele;

- Não transmitem nem recebem regularmente os dados dos seus cadastros, fazendo com que usuários que tenham mudado continuem constando no seu município;
- Apesar de utilizarem os aplicativos CADSUS, em alguns momentos não fizeram consulta à base nacional para verificar se o usuário já estava cadastrado ou realizaram procedimentos de cadastramento diferente do recomendado;
- Que possuem excelência nos serviços costumam receber usuários de outros locais que, por receio de terem o atendimento recusado, se cadastram novamente utilizando-se de endereços de terceiros; etc.

O Ministério da Saúde está realizando um trabalho de identificação de unicidades, vinculando todos os cadastramentos de um único usuário. Esse trabalho encontra-se em andamento e, devido à sua complexidade e as possibilidades existentes, os resultados iniciais estão planejados para outubro de 2009. Mesmo assim, é essencial que, antes de proceder ao cadastramento de um usuário, exista uma consulta nas bases de dados para garantir que ele não esteja ainda no cadastro.

Assim, não recomendamos o uso dessa informação para quantificações de usuários do SUS daquele município, sendo sim um indicativo da cobertura do cadastramento em relação aos índices de população do IBGE.

Fonte: <http://cartaonet.datasus.gov.br/infoEstatistica.php>

A ausência de informações completas a respeito do CNS compõe a maior das limitações deste trabalho. O levantamento bibliográfico elaborado foi escasso devido à falta de material suficiente de fontes confiáveis sobre o tema.

Restaram apenas artigos e matérias expondo uma série de insucessos conseguidos com o CNS, contudo, este material por si só não configuraria base suficiente para o presente estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades encontradas em tomar por base autores que analisassem o CNS, foram utilizadas leis, decretos, informações do Ministério da Saúde e as percepções durante o período de estágio curricular sobre o tema. A análise deste material possibilitou conhecimento necessário sobre o CNS, quais seus objetivos e propostas.

Vários têm sido os desafios enfrentados na implantação deste projeto, decorrentes do seu próprio grau de inovação, magnitude e complexidade.

A adoção de ferramentas baseadas na TI é de suma importância para o sucesso do projeto, visto que a agilidade na apresentação dos resultados para análise das informações dinamiza a tomada de decisão por parte dos gestores em saúde.

No entanto, a utilização da TI no projeto CNS tem colocado em questionamento a real contribuição trazida para as organizações, sendo que sua baixa utilização muitas vezes está relacionada à falta de conhecimento da própria tecnologia.

Um exemplo é a adoção da numeração provisória que resultou na proliferação de cadastros duplicados, o que atualmente é um dos maiores problemas do CNS.

Sendo assim, o projeto se restringiu ao cadastramento dos usuários, já que o sistema de prontuário eletrônico, constante do projeto original, não foi desenvolvido, assim como não existiam as interfaces com outros sistemas de informações em saúde, exceto para troca de alguns dados básicos.

A resistência por parte daqueles que deveriam usar o sistema induz uma preocupação maior no que diz respeito à mobilização, conscientização e treinamento no uso desta tecnologia. Não se tem dúvida que a proposta do Projeto CNS

mudaria para melhor a realidade do atendimento público do nosso país, porém, analisando a situação atual da saúde no município de Joinville – SC é possível visualizar que ainda há muito para ser feito.

A conclusão que podemos chegar é que incluir tecnologia em um projeto é um objetivo que deve ser alcançado com muito estudo prévio, pois as principais causas do insucesso na execução do Projeto CNS foram: a precariedade de algumas Unidades Básicas de Saúde onde o sistema está sendo implantado; problemas na transmissão dos cadastros para a base de dados federal, impossibilitando a finalização do cadastro e a impressão do CNS do usuário ; rejeição por parte dos médicos à utilização da ferramenta disponibilizada, devido à relação ao cumprimento de horário de trabalho e à qualidade do atendimento.

Antes de investir em TI, a organização deve estabelecer uma cultura de preparação para aquele novo processo, modificando práticas de trabalho e até mesmo seu ambiente físico. No Projeto CNS o processo foi inverso, os investimentos em TI foram realizados, mas a cultura das organizações de Saúde Pública, no geral, não foi trabalhada.

A tendência à padronização, não considerou as diferentes realidades apresentadas pelos estados ou municípios.

A garantia de continuidade do projeto não parece ameaçada, embora os cenários possíveis para sua consolidação e ampliação não estejam claramente definidos.

Os problemas vão desde a existência de um grande número de pessoas sem documento de identificação, condição para o cadastramento, até as dificuldades para aperfeiçoar mecanismos que garantissem a confiabilidade da base de dados.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L. **Administração de Informática: Funções e fatores de Sucesso.** São Paulo: Atlas, 1999.

ANGELONI, M. T. **Organizações do Conhecimento: Infraestrutura, Pessoas e Tecnologia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

AVRITZER, L. et al. (org.). **A dinâmica da participação local no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Cartão Nacional de Saúde: uma realidade para todos os brasileiros,** 2012.

Disponível em: <http://www.ans.gov.br/a-ans/sala-de-noticias-ans/consumidor/1819-cartao-nacional-de-saude-uma-realidade-para-todos-os-brasileiros>

Acesso em: novembro de 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Resolução Normativa nº 295, de 9 de maio de 2012.** Estabelece normas para a geração, transmissão e controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Disponível em: http://www.ans.gov.br/index2.php?option=com_legislacao&view=egislacao&task=TextoLei&format=raw&id=2100

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. CONASS. **Proposta de Consolidação do Cartão Nacional de Saúde – Cartão SUS,** 2011.

Disponível em: http://www.conass.org.br/notas%20tecnicas/NT%2022_2011_projeto_consolidacao_cartao_sus_atualizacao.pdf

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. Constituição da Organização Mundial da Saúde – 1946.
Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>

Acesso em dezembro de 2014.

BRASIL. Departamento de Suporte Legislativo - **Lei orgânica do Município de Joinville**. 1990.

Disponível em:
<https://saude.joinville.sc.gov.br/public/portalsaudeadm/imagens/contenuto/LeiOrganicadDoMunicipioDeJoinville.pdf>

Acesso em novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **ABC do SUS** - Doutrinas e Princípios, 1990. Disponível em:

www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartão Nacional de Saúde**.

Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/>.

Acesso novembro de 2014

BRASIL. Ministério da Saúde – DENASUS – **Manual de Auditoria na Gestão dos Recursos Financeiros do SUS** – Brasília, 2004.

Disponível em:
http://sna.saude.gov.br/download/Manual%20Recurso%20%20Financeiro_2004-jul.pdf

Acesso em setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Direitos**, 2013.

Disponível

em

http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11:sus&catid=2:saude&Itemid=3

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Operação do CADSUS WEB**.

Disponível

em:

<https://cadastro.saude.gov.br/cadsusweb/manual.pdf>

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional Básica do SUS**. Brasília, 1996

Disponível

em

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_1_1_1996.html

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Normas e Procedimentos de uso do Cartão Nacional de Saúde**. Brasília, 2011.

Disponível

em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportalses.saude.sc.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D5135%26Itemid%3D82&ei=gdVvVKYLK8WpNqf5gMgL&usg=AFQjCNGQDOXPbkcuQoR-ks1-ArWa8509vg&sig2=zOcvJelTdirhUQy2CpFM9g

Acesso em outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Cartão Nacional de Saúde:** instrumento para um novo modelo de atenção. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>
Acesso em novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde.** Brasília, 2004.
Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf
Acesso em novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011.** Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão).
Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html
Acesso em: novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde:** Para entender a Gestão do SUS, 2011.
Disponível em: http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_1.pdf
Acesso em outubro de 2014

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.
Acesso em novembro de 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

Acesso em outubro de 2014.

CAMPOS, G. W. de S. **Reforma da reforma:** Repensando a saúde. São Paulo: Editora Hucitec , 1997.

CARVALHO, G. I; SANTOS, L. **Comentários às Leis Orgânicas de Saúde:** (Leis 8.080 e 8.14290). Sistema Único de Saúde. São Paulo. Editora: Hucitec, 1995.

CHESWICK, W. R.; BELLOVIN, S. M.; RUBIN, A. D. F. **Segurança na internet:** repelindo o hacker ardiloso. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2001. 310 p.

MAGALHÃES, M. A. **Desafios da Gestão de uma Base de Dados de Identificação Unívoca de Indivíduos:** A experiência do Projeto Cartão Nacional de Saúde no SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MARTINS, M. M. M. T. S. **A Política do Cartão Nacional de Saúde sob a ótica dos usuários do SUS na região metropolitana de João Pessoa e Recife.** João Pessoa, 2009.

MCGEE J, PRUSAK L. **Gerenciamento estratégico da informação**: Aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244 p.

MORAES, I, H. **Sistema de Informação em Saúde**: da prática fragmentada ao exercício da cidadania. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOURA L. R. **Gestão Integrada da Informação**: proposição de um modelo de organização baseado no uso da informação como recurso da gestão empresarial. São Paulo: EPUSP, 1999.

MURPHY, G. F.; HANKEN, M. A.; WATERS, K. A. **Electronic Health Records**: changing the vision. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1999.

OLIVEIRA D.P.R. **Excelência na administração estratégica** – a competitividade para administrar o futuro das empresas. São Paulo: Atlas; 1993.

PAIM, J. S. **O que é SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Revista do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde: **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, Ano XXIX, v. 29 n. 69, jan./abr. 2005.

SILVA, S. **Gestão do conhecimento**: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. Ciência da Informação: Brasília.

Disponível

em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/420/379>>.

Acesso em outubro de 2014.

SILVA, A. *et al.* **Sistemas de informação na administração pública.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

STAIR, R. M. **Princípios de Sistemas de Informação:** uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TAVARES, E.; COSTA, I. **O papel dos valores individuais na interação entre indivíduos e Tecnologia da Informação.** Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. p. 11 a 21. Julho/Setembro, 2008.